



Companhia
Vale do Rio Doce



Ao

Ministério Público Federal em Marabá.

Exmo. Sr. Procurador da República em Marabá

Dr. Renato de Freitas Souza Machado

MPF
PRM/MAB 1.23.001
2005.001151

09.07.2005
Mello

CE: GANAJ/CARAJÁS/0006-2005

Referência: Ofício GAB I/PRM/MAB/PA/N.º 112/2005.

Ofício GAB II/PRM/MAB/PA/N.º 531/2005.

Ofício GAB II/PRM/MAB/PA/N.º 1197/2005.

Procedimento Administrativo n.º 1.23.001.000172/2004-55

Assunto: Remessa de Ata de Reunião.

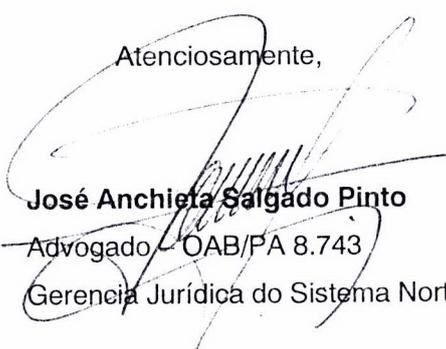
Parauapebas, 30 de junho de 2005.

Senhor Procurador,

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – CVRD, pessoas jurídica de direito privado, com sede no Município do Rio de Janeiro – RJ, e instalações nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, todos no Estado do Pará, neste ato representada por quem de direito, vem, com o devido respeito e acatamento, apresentar, em resposta aos ofícios acima epigrafados cópia da ata de reunião para discussão e elaboração do termo de referência para implantação de projetos nas comunidades indígenas impactadas pela Estrada de Ferro Carajás, ocorrida em Brasília, no último mês de setembro de 2004.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição de V. Exa., renovando, desde já, os nossos votos de estima e considerações.

Atenciosamente,


José Anchieta Salgado Pinto

Advogado – OAB/PA 8.743

Gerencia Jurídica do Sistema Norte

1/1



**OFICINA DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA
PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
LOCALIZADAS NO PARÁ ASSISTIDAS COM APOIO DA COMPANHIA VALE DO
RIO DOCE**

AJUDA MEMÓRIA

Local: Brasília

Data: 08 e 09 de setembro de 2004

Coordenação: Ana Cláudia Lima (CVRD)

I. Contexto da Oficina

A Oficina foi planejada a partir do compromisso assumido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) junto ao Ministério Público Federal (MPF) de promover um *Diagnóstico*, com o objetivo de subsidiar a elaboração de programas para os povos indígenas Xikrin da Terra Indígena Cateté, Gavião da Terra Indígena Mãe Maria e Suruí da Terra Indígena Sororó, no Pará, assistidos pela empresa.

Nos últimos anos, a CVRD e o MPF participaram de várias reuniões para tratar dos problemas de repasses de recursos da empresa para as comunidades indígenas. Em uma delas, ocorrida em novembro de 2002, a 6ª Câmara do MPF solicitou à CVRD a elaboração de um estudo para subsidiar a elaboração de programas aos grupos indígenas assistidos pela empresa. No ano de 2003, a FUNAI e a CVRD apresentaram um Termo de Referência para contratação de profissionais capacitados para a execução do estudo, no entanto, não foi aceito pelo MPF. Em 2004, o MPF propôs à CVRD a realização de uma Oficina para elaboração do Termo de Referência.

II. Objetivo e Premissas da Oficina

Esta Oficina foi organizada com o objetivo de reunir especialistas antropólogos e representantes das várias instituições envolvidas (CVRD, MPF, FUNAI etc), para elaborar, em conjunto, o Termo de Referência de contratação dos profissionais para execução do *Diagnóstico* que orientaria a elaboração de programas futuros da CVRD destinados aos grupos indígenas Xikrin, Gavião e Suruí.

As premissas da Oficina foram expostas pela Coordenadora da Oficina: a) preocupação com a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas; b) riqueza de troca de experiências entre os participantes; c) importância do momento de reflexão tendo a oportunidade de conhecer os diferentes pensamentos e d) garantia do espaço para todos apresentarem suas idéias, de forma ordenada e dentro do tempo previsto.

As premissas de ação da CVRD também foram apresentadas aos participantes da Oficina: a) a coordenação das ações de apoio às comunidades indígenas seria atribuída à FUNAI, órgão governamental responsável pela política indigenista no Brasil; b) a CVRD manteria o compromisso de apoiar ações de melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas na área de influência de seus empreendimentos; c) envolvimento de outros



parceiros nas ações (como, por exemplo, a FUNASA); d) socialização de informações e o compartilhamento de experiências afins.

III. Temas Tratados na Oficina

Nos dois dias da Oficina, representantes de instituições (CVRD, FUNAI, MPF e ELETRONORTE/CELPA) e antropólogos especialistas apresentaram suas experiências com ações de assistência às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos.

- *Experiências da FUNAI*

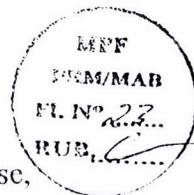
Segundo Dinarte Nobre de Madeiro (CGPE/FUNAI), a FUNAI tem desempenhado o papel de mediador dos conflitos entre os grupos indígenas Xikrin e Gavião e a CVRD. Mais recentemente, a FUNAI deixou de gerenciar diretamente a aplicação dos recursos, assumindo apenas a responsabilidade de repasse do dinheiro para as associações, como vem ocorrendo na Administração Executiva Regional da FUNAI de Marabá.

Slowacki de Assis (CGDC/FUNAI) observou que a *Comissão de Avaliação e Acompanhamento no Âmbito do Convênio*, criada em 2002 por meio de uma Portaria do Presidente da FUNAI, teve pouca atuação por falta de critérios para avaliar os projetos apresentados para aplicação dos recursos da CVRD nas comunidades indígenas. Seus membros reuniram-se poucas vezes e trataram mais da resolução de casos emergenciais de débito indígena nos comércios locais. A FUNAI necessitaria de obter maior apoio para melhorar as condições (estrutura e pessoal) de acompanhamento dos projetos indígenas financiados pelos recursos da CVRD. Ana Cláudia Lima (CVRD) informou que há um compromisso formal da CVRD com a FUNAI para montar a coordenação dos Programas.

- *Convênios da CVRD para assistir os grupos indígenas*

A apresentação de Antônio Carlos de Lima Venâncio (CVRD) sobre os diversos Convênios efetuados pela CVRD para assistir os grupos indígenas gerou um debate entre os participantes a respeito do assunto. José Porfírio de Carvalho, por exemplo, fez várias intervenções no sentido de acrescentar e retificar informações sobre o processo de elaboração desses Convênios. Entre outras coisas, foi lembrado que os Convênios eram resultantes de exigências impostas pelo Banco Mundial para efetuar o empréstimo necessário à implementação dos empreendimentos da CVRD.

Houve uma rápida discussão dos participantes em torno da Resolução do Congresso Nacional de nº 331/1986, segundo a qual a CVRD teria obrigação de prestar apoio às comunidades indígenas por ter recebido autorização para exploração de minério. Representantes da CVRD na Oficina questionaram a validade jurídica da Resolução, tendo como argumento a criação da Floresta Nacional. Sendo assim, o apoio prestado aos índios não teria o caráter de obrigação e sim de colaboração voluntária. Vários participantes discordaram do questionamento, afirmando ser necessário a CVRD mudar seu discurso sobre a assistência prestada às comunidades indígenas, reconhecendo ser sua obrigação e não uma simples ação benevolente.



No início, as negociações entre a CVRD e os grupos indígenas voltaram-se, principalmente, para a demarcação das terras indígenas dos grupos afetados e para as atividades produtivas indígenas. Os antropólogos estiveram mais próximos das negociações nos momentos iniciais dos Convênios, mas depois foram afastados, sobretudo após a privatização da empresa.

A antropóloga Iara Ferraz apresentou fatos históricos da negociação entre a CVRD e os Gavião, estes assessorados por antropólogos e juristas, entre eles Dalmo Dallari, que aconselhou a realização de acordos diretamente com a comunidade indígena, sem necessidade da constituição de uma associação. ^{A partir de 1998} Anos depois, o repasse dos recursos passou a ser feito através das associações. Foi observado que o Convênio, assinado em 1990 pela CVRD para assistir o grupo Gavião, era resultado de pressões do grupo indígena para continuar o apoio da empresa às ações indígenas, como ocorreu também com o Convênio junto aos Xikrin. Segundo a antropóloga, o Convênio previa a implementação de um programa Parkatejê de ação, com a criação de um Conselho Deliberativo e a realização de discussões participativas entre os indígenas, a CVRD e assessores especialistas. No início do Convênio, a CVRD apoiava atividades culturais dos Gavião, como, por exemplo, visitas aos Krahô. A antropóloga propôs, como sugestão para o novo programa para os Gavião, a restauração do apoio da CVRD às ações culturais o grupo.

Os participantes da Oficina levantaram dúvidas sobre a atual situação da conta bancária da Caixa Econômica Federal, que foi aberta na época do Convênio entre CVRD e os Gavião para aplicação dos recursos destinados à assistência indígena. O Administrador da FUNAI de Marabá solicitou à antropóloga Iara Ferraz cópia do documento de abertura da conta bancária, para que pudesse se certificar dos critérios de movimentação da conta. Dr. Carlos Frederico Marés, consultor dos indígenas na época das negociações, também foi indicado como contato para a obtenção da cópia desse documento.

Para prestar assistência aos Suruí, foi assinado um Termo de Compromisso entre a CVRD e a FUNAI, no ano de 2003. No entanto, houve atraso no repasse dos recursos para apoiar as atividades produtivas devido a empresa contratada para elaborar o projeto ter atrasado, por meses, a entrega do produto.

O Convênio assinado pela CVRD junto aos Xikrin do Cateté, em 1989, foi em função do que previa a Resolução 331/86 do Senado Federal e tem como objetivo o apoio nas áreas de saúde, educação, atividades produtivas, proteção do território e infra-estrutura. O Convênio previu o repasse de verba mensal para os Xikrin até que eles atingissem a auto-suficiência. Ocorreu um aumento crescente do valor inicial, com efeito prejudicial para a organização interna do grupo. Com as aplicações de recursos da CVRD sob o controle da associação dos Xikrin, a associação passou desempenhar um novo papel no sistema sócio-político do grupo.

Quando foram apresentados os valores de aplicação da CVRD em assistência indígena para o ano de 2004, os participantes da Oficina discutiram a relação entre o montante desses recursos e as ações realizadas. Os recursos seriam aplicados em saúde, educação, atividades produtivas, vigilância, administração e transporte. Aos participantes da Oficina também foram apresentadas as demandas extraordinárias dos grupos indígenas para a CVRD – casas, pagamento de débitos extras, vôos de remoção para atendimento médico, entre outros.



Participantes da Oficina cobraram da CVRD maior responsabilidade social com os grupos indígenas afetados pelos seus empreendimentos, sugerindo mudanças no discurso institucional da empresa e a contratação permanente de profissionais especializados para acompanhar os programas destinados aos indígenas. Os representantes da CVRD discordaram de que não houvesse tal compromisso da empresa, afirmando ser necessário construir um novo modelo de ação capaz de promover melhor assistência aos indígenas sem os vícios das relações atuais (objetivo desta Oficina).

- *Repasso de Recursos e Prestação de Contas*

Foram apresentados dados sobre a evolução dos recursos aplicados pela CVRD, entre os anos de 2000 a 2004, e também sobre os repasses dos recursos para as associações indígenas. Foi explicado que, no início, a CVRD repassava os recursos para assistência dos Xikrin do Cateté e dos Gavião para a FUNAI, mas depois, os repasses passaram a ser efetuados para as associações.

Os participantes da Oficina fizeram uma discussão sobre a necessidade de realização de auditoria das prestações de contas das associações. Para a Procuradora de Marabá, a auditoria das prestações de contas das associações deveriam estar sendo feitas pela CVRD, com auxílio da FUNAI, por ser a empresa a fonte dos recursos aplicados. O antropólogo Cássio Inglês de Souza, que realizou um diagnóstico junto aos Xikrin do Catete em 2002, sugeriu um encaminhamento coletivo de auditoria para fortalecer a ação.

Idéias e experiências foram debatidas, na Oficina, a respeito da prestação de contas das associações indígenas e dos procedimentos de repasse de recursos da CVRD para os indígenas. Anteriormente, os Gavião chegaram a reivindicar que houvesse acompanhamento de suas prestações de conta e do uso dos recursos, mas não foram atendidos. O Administrador da FUNAI de Marabá explicou que a organização indigenista governamental não teria como avaliar as prestações de contas das associações.

- *Momentos de tensão nas relações entre CVRD e os grupos indígenas afetados*

Antônio Carlos de Lima Venâncio relatou os diversos momentos de tensão entre os grupos indígenas e a CVRD como “marcos históricos” da relação da empresa com os índios. Por meio da interdição da ferrovia e da paralisação das atividades de exploração de minérios, os grupos indígenas conseguiram manter um poder de negociação com a CVRD para a realização de seus interesses.

- *Impactos dos recursos sobre as comunidades indígenas*

Vários participantes da Oficina apontaram o uso descontrolado de grandes montantes de dinheiro pelos indígenas como sendo o maior impacto dos empreendimentos da CVRD sobre essas comunidades. A contratação, pelas associações indígenas, de empresas de consultoria para elaboração de projetos de atividades econômicas, por exemplo, acabou gerando pesadas dívidas para as associações indígenas e projetos inadequados para os grupos indígenas.



Na avaliação do Administrador da FUNAI de Marabá, Eimar Araújo, a gestão de recursos pelas associações indígenas gerou crises de relações internas e externas nas comunidades indígenas, como, por exemplo: perda da autoridade exercida pelas lideranças mais antigas no interior do grupo; diminuição da credibilidade da FUNAI local junto aos indígenas; aumento da dependência indígena dos recursos da CVRD com o pagamento de ajuda de custos; aumento do índice de alcoolismo entre os indígenas; desigualdade de recursos; incentivos à criação de novas associações para captação de recursos. O Administrador da FUNAI de Marabá observou que, apesar do volume de recursos aplicados, os resultados nas áreas de saúde, de educação e de produção indígena não eram satisfatórios.

Quanto à atual situação de dependência dos grupos indígenas dos recursos externos, os participantes da Oficina discutiram a responsabilidade social das diversas instituições, principalmente da CVRD.

A noção de “impacto” foi questionada pelo antropólogo Adolfo Neves Junior dentro do contexto das sociedades indígenas, assim como o significado de “projeto” e de “sustentabilidade” para os grupos indígenas.

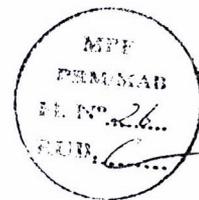
Entre os Xikrin do Cateté

A antropóloga Isabelle Vidal Giannini lembrou que a relação dos Xikrin do Cateté com o mercado monetário teve início bem antes dos recursos aplicados pela CVRD, quando entrou o dinheiro da exploração da madeira. Recuando ainda mais na história das relações inter-étnicas dos Xikrin com os regionais, a antropóloga citou a época da exploração da castanha envolvendo os indígenas e o seu território. Para a antropóloga, a desestruturação mais recente das comunidades indígenas não teria sido causada apenas pela gestão de recursos pelas associações indígenas, mas por uma conjugação de fatores, inclusive pela fragmentação da ação indigenista da FUNAI com atuação de outros órgãos do governo como, por exemplo, a FUNASA no caso da saúde indígena.

O Projeto de Manejo implementado pelo Instituto Sócio-ambiental junto aos Xikrin, com apoio da FUNAI e da CVRD, também sofreu impacto com a falta de plano de ação e de programa para os investimentos do Convênio da CVRD junto aos indígenas. Os participantes da Oficina, por um momento, debateram a respeito dos impactos das atividades do Projeto de Manejo sobre os Xikrin e também sobre outros grupos indígenas que passaram a demandar projetos de exploração de madeira em suas terras (Parakanã e Kaapor, por exemplo). Nos dias atuais, o Administrador da FUNAI de Marabá é desfavorável à exploração de madeira por indígenas como alternativa econômica, embora reconheça que o Plano de Manejo implementado entre os Xikrin teve o resultado positivo de coibir a exploração ilegal da madeira em território indígena.

Foi observado pelos antropólogos que a disputa étnica entre Xikrin do Cateté e Kayapó foi aguçada ainda mais com o consumo indígena de mercadorias do comércio regional, a ponto de hoje estar sendo necessário discutir com as lideranças e as comunidades indígenas a criação de mecanismos interinstitucionais capazes de pôr limites aos gastos desenfreçados dos grupos indígenas.

O Administrador da FUNAI de Marabá acredita que os indígenas estejam cientes dos problemas atuais causados pela aplicação dos recursos, por isso eles estão tentando criar regulamentos internos para coibir excessos.



Entre os Gavião

Foi apresentado pela antropóloga Iara Ferraz um histórico das relações entre os vários grupos Gavião, a ELETRONORTE e a CVRD, no que diz respeito às indenizações pagas pela construção de empreendimentos ~~em~~ ^{na} Terra Indígena ^{MH}. Foi criada uma situação de desigualdade social entre os Gavião com os recursos das indenizações acirrando as divisões internas ~~dos Gavião~~, típicas da organização social Timbira. Como reflexo disso foi citada a criação de diferentes associações indígenas, que disputam a aplicação dos recursos da CVRD entre os diferentes grupos da cisão dos Gavião (Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrâtikatêjê). Os participantes da Oficina também foram informados de que está sendo formada, neste ano, uma associação das mulheres indígenas, sob a liderança da filha do chefe Gavião Kōhokrenum.

Foi destacada a liderança de Kōhokrenum na junção dos três grupos Gavião em torno de interesses comuns frente às empresas ELETRONORTE e CVRD. No entanto, quando as associações indígenas assumiram a gestão dos recursos ~~e~~ houve o aumento da demanda indígena por projetos de atividades econômicas, e a autoridade deste chefe indígena foi abalada, e as gerações mais jovens ganharam maior destaque político no grupo.

Outro efeito dos recursos aplicados pela CVRD nos Gavião foi o fortalecimento da auto-estima dos indígenas frente aos regionais, que passaram a ser contratados como empregados dos indígenas para os afazeres domésticos ou para a construção de novas aldeias.

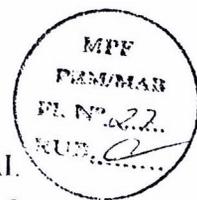
A antropóloga Iara Ferraz explicou aos participantes da Oficina a reivindicação do grupo Gavião da Montanha por um território específico. Informou que, atualmente, o líder Payaré tem reivindicado o reconhecimento de uma área próxima ao "terceiro circuito", construído por uma empresa do setor elétrico nos fundos da Terra Indígena Mãe Maria. A antropóloga Iara Ferraz e o consultor da ELETRONORTE José Porfírio de Carvalho posicionaram-se favoráveis a realização de um estudo para a definição da terra indígena reivindicada pelos Gavião da Montanha.

Entre os Suruí

A antropóloga Jane Felipe Beltrão observou que a ausência de antropólogos especialistas junto aos Suruí fez diferença quanto à aplicação de recursos pela CVRD, em comparação aos demais grupos, como os Gavião e os Xikrin. Entre os Suruí, poucos trabalhos foram feitos com recursos de indenizações. Por exemplo, a solicitação dos Suruí para construir uma aldeia nova com esses recursos acabou não sendo atendida.

Por haver só um acordo de assistência da CVRD aos Suruí, as antropólogas Jane Beltrão e Luíza De Nazaré Mastop de Lima mostraram-se preocupadas na Oficina com a definição de orientações específicas para a elaboração do programa que será destinado ao grupo, levantando a possibilidade de ser feita uma avaliação do acordo estabelecido anteriormente. Pelas dificuldades enfrentadas pelos Suruí, devido à diminuição da terra indígena (construção de Tucuruí) e o alargamento da rodovia 153, a antropóloga Jane Beltrão posicionou-se favorável à realização de um diagnóstico sobre a situação atual dos Suruí, desde que sejam apresentadas propostas de ação para o grupo.

O Administrador da FUNAI de Marabá alertou para o fato dos Suruí estarem vendendo toda a sua produção agrícola, sem fazer reservas dos produtos para sua subsistência. Como



conseqüência, eles mantêm uma dependência da alimentação que é comprada pela FUNAI. As roças estão sendo ampliadas com a intenção de produzir cada vez mais para a venda, o que tem refletido negativamente na organização interna do grupo.

No grupo Suruí houve uma sobreposição de atividades envolvendo instituições diversas. A pedido dos Suruí, a CVRD apoiou a criação de piscicultura, como atividade para suprir a carência alimentar do grupo. Outras ações implementadas entre os Suruí foram a de apicultura e a de proteção da terra indígena. A criação de gado na aldeia Suruí foi citada como exemplo negativo da implementação de atividades em terra indígena sem discussão prévia a respeito de sua viabilidade com as comunidades. A associação dos Suruí ainda demanda capacitação de pessoal para poder gerenciar os recursos. O PDPI tem apoiado um projeto de agro-extrativismo junto aos Suruí, no entanto, não estão tendo os resultados esperados.

- *Censo*

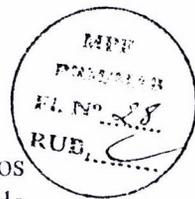
Foi apresentado por Antônio Carlos de Lima Venâncio dados sobre o censo populacional desses grupos. O Administrador da FUNAI de Marabá atualizou esses dados: Xikrin do Cateté somam 847 pessoas e os Gavião somam 452 pessoas.

- *Experiência da ELETRONORTE*

O consultor da ELETRONORTE, José Porfírio de Carvalho, apresentou as experiências de negociação da empresa com os grupos indígenas afetados por empreendimentos do setor elétrico. Detalhou como foram feitas as aplicações de recursos para assistência das comunidades indígenas Gavião e Guajajara, envolvendo demandas indígenas por veículos, construção de casas e energia elétrica na aldeia.

O consultor da ELETRONORTE fez uma apresentação sobre a criação do Programa Parakanã para os participantes da Oficina, enquanto experiência exemplar para a definição do modo de aplicação dos próximos recursos da CVRD nos grupos indígenas afetados pelos seus empreendimentos. A operacionalização do Programa Parakanã ocorreu por meio de subprogramas específicos de *saúde, educação, produção e proteção ambiental, administração e apoio operacional*. Porfírio explicou a estrutura do Programa, ressaltando duas instâncias: o Conselho Consultivo e a Associação de Apoio ao Programa Parakanã (AAPP), uma espécie de cooperativa por meio do qual é contratado o pessoal para trabalhar no programa. Também detalhou o sistema de repasse dos recursos (global, anual e mensal) e o trâmite da prestação de contas que vai da gerência do Programa até a ELETRONORTE. Essa exposição serviu para enfatizar a necessidade de ter o acompanhamento da aplicação dos recursos, sobretudo por parte da empresa que forneceu o dinheiro. Foi apresentado o montante de recursos disponível durante todo o Programa Parakanã até dezembro de 2003 (US\$ 7.447.665,02 de dólares), demonstrando assim a viabilidade de executar ações com gastos mais controlados. Os indígenas que trabalham no Programa não são remunerados, segundo o Consultor, para que possam manter sua independência.

O biólogo Cláudio (ELETRONORTE) apresentou as atividades da educação indígena do Programa Parakanã, destacando a demanda indígena pela educação escolarizada com o objetivo de manter relações com a sociedade nacional. A aldeia é quem escolhe quem vai



ser professor, geralmente são indicados os mais jovens. O Programa também financia outros treinamentos para os indígenas, como, por exemplo, de corte e costura, construção de canoas e escalada em árvores para coleta de sementes para venda e produção de mudas.

O Programa tem apoiado produção agroflorestal, criação de animais domésticos, piscicultura e criação de animais silvestres entre os Parakanã, que tradicionalmente são coletores. Quanto à comercialização de produtos, ficou determinado que os recursos obtidos com a venda coletiva de açaí, por exemplo, é transformado em renda individual do produtor ou do seu grupo familiar. Pela atividade de vigilância da terra indígena demandar tempo dos indígenas, obrigando-os a deixar de fazer suas demais obrigações sociais, o Programa passou a pagar não-indígenas para fazer o serviço. De maneira geral, o Programa foi apresentado com resultados positivos, como, por exemplo, a melhoria geral de vida, o aumento da população e a taxa de crescimento anual, o resgate de valores culturais e um certo sucesso econômico. Apesar dos bons resultados, o antropólogo Marco Paulo (MPF) lembrou da crítica bastante comum sobre o Programa, a de que ele está organizado por um controle social total.

Daniela Vanessa Abrantes Martins (Associação de Apoio ao Programa Waimiri Atoari Integrante) fez alguns apontamentos sobre a necessidade de implementar programas, com metas e objetivos bem definidos, para atender mais eficazmente os grupos indígenas afetados por empreendimentos. A participação indígena também foi apontada por ela como fundamental nesse processo de reverter a situação de dependência dos grupos indígenas.

A antropóloga Jane Beltrão chama atenção para o fato de que os Programas coordenados por José Porfírio de Carvalho foram propostos em um momento diferente do atual, tendo sido considerado como uma atitude heróica. Portanto, Jane ressalta que as propostas a serem formuladas nesta Oficina deverão considerar os momentos diferenciados das relações inter-étnicas e as especificidades étnicas.

- *Experiência do Ministério Público Federal de Marabá*

Quanto aos problemas enfrentados com os gastos excessivos das associações indígenas referentes aos recursos da CVRD, a Procuradora de Marabá posicionou-se favorável à adoção de uma política social mais adequada pela CVRD. Sem ficar presa na postura de acusar as associações como causas dos problemas financeiros, a empresa deveria questionar sobre sua forma de repassar os recursos para os índios até o momento atual. Uma solução para o repasse dos recursos estaria, ao ver da Procuradora de Marabá, em uma terceira opção que não fosse por meio das associações indígenas e nem por meio da FUNAI. Dívidas apresentadas pelo comércio local feita pelos índios Xikrin do Cateté precisam ser melhores esclarecidas. Foi solicitada à FUNAI de Marabá uma auditoria financeira na associação indígena.

Todos concordaram com a Procuradora que a situação das relações dos indígenas no comércio local é complicada, o que exigirá um período delicado de transição para reverter o quadro.

- *EIA*

Antes das exposições dos participantes, foram dados os devidos esclarecimentos sobre a participação na Oficina de antropólogos consultores da empresa SETE - Soluções em



Tecnologia Ambiental. A empresa foi contratada pela CVRD para elaborar o EIA de regularização do funcionamento da Estrada de Ferro Carajás, por ter sido a ferrovia construída antes da promulgação da legislação ambiental que determina a elaboração de estudo de impacto ambiental – EIA para o licenciamento de empreendimentos com impacto ambiental no País. Os antropólogos consultores da SETE, Manuel Ferreira Filho e Maria Helena Ortolan Matos, apresentaram as atividades realizadas na primeira fase de trabalho do EIA: o levantamento bibliográfico e mapeamento das redes institucionais e de profissionais. Ressaltaram que o EIA da Estrada de Ferro Carajás aborda os grupos indígenas do Pará e do Maranhão.

Observando que o tempo para execução do EIA é diferente do estudo proposto na Oficina, os antropólogos expuseram aos demais participantes da Oficina suas preocupações com a definição da área de influência e a indicação de ações de mitigação para as comunidades indígenas afetadas pela construção da ferrovia. Os participantes confirmaram a área de influência proposta pela CVRD para a elaboração do EIA, observando que os Xikrin do Cateté e os Gavião mantêm relações bem próximas quanto aos efeitos dos impactos. Para a antropóloga Isabelle Vidal Giannini, o EIA deveria considerar o impacto da ferrovia sobre os Xikrin do Cateté como sendo indireto. Anteriormente, a área de influência tinha sido definida em relação ao complexo dos empreendimentos da CVRD e não apenas com relação à ferrovia. Na conjuntura atual, seria mais adequado separar áreas de influência distinguindo os empreendimentos – mineração e ferrovia.

Para a antropóloga Iara Ferraz, os indígenas têm bem claro quais os impactos da construção da ferrovia sobre a Terra Indígena Mãe Maria, como, por exemplo, o aumento da invasão da terra indígena e o fim da caça espantada devido aos ruídos. A antropóloga aproveitou a discussão de impacto para comunicar que tinha o conhecimento da existência de um projeto de construção de uma hidrelétrica em Marabá que, se implementado pelo governo federal, inundaria parte da terra dos Gavião e também a ferrovia.

Os antropólogos consultores da SETE consideram o trabalho de campo junto aos índios uma fase imprescindível para a elaboração do EIA, opinião compartilhada pelos demais participantes da Oficina.

- *Necessidade do Diagnóstico*

Dinarte Nobre de Madeiro (CGPE/FUNAI) questionou entre os participantes da Oficina sobre a necessidade de fazer um novo diagnóstico da situação, por haver outros estudos e por todos já terem conhecimento da situação em que se encontram as comunidades indígenas assistidas pela CVRD.

A expectativa do antropólogo Marcos Paulo Schetino (MPF) quanto ao diagnóstico a ser feito é a de obter indicações para reverter o quadro de dependência dos grupos indígenas com o comércio local, desmontando a rede de relações econômicas e políticas pré-estabelecidas que têm sido bem mais favoráveis aos comerciantes.

A colocação da antropóloga Isabelle Vidal Giannini sobre a rejeição dos Xikrin do Cateté à elaboração de novos diagnósticos acalorou ainda mais o debate entre os demais participantes sobre a necessidade real do *Diagnóstico* proposto na Oficina. Foi citado, por exemplo, a existência de diagnósticos que poderiam ser aproveitados mediante atualizações, como, por exemplo, o realizado em 2002 pelo antropólogo Cássio Inglez de Souza (PDPI), para o Instituto Sócio-Ambiental. Dinarte Nobre de Madeiro



(CGPE/FUNAI) citou um diagnóstico feito por ele para a CVRD que também poderia ser aproveitado para definir ações.

Ao invés da execução de um novo diagnóstico, os participantes da Oficina propuseram a contratação de profissionais para a elaboração dos programas destinados aos grupos indígenas, com a participação dos próprios indígenas. Caso fosse necessário, os profissionais contratados fariam estudos complementares para acrescentar ou atualizar informações sobre grupos indígenas, já orientados com a perspectiva de propor as ações dos programas.

- *Propostas Operacionais para a implementação de Programas da CVRD*

Os participantes chegaram a discutir os meios operacionais para a implementação dos programas da CVRD que serão propostos para os grupos indígenas. Foram sugeridos os seguintes mecanismos: criação de um Conselho Deliberativo com a participação de representantes da CVRD, da FUNAI, do MPF e dos grupos indígenas; formação de uma equipe de gestão com a contratação de profissionais especializados quanto às etnias e ao gerenciamento de projetos; orçamento participativo; capacitação constante dos indígenas para sua participação nas decisões e ações dos programas; realização de reuniões nas aldeias para maior envolvimento das comunidades nas ações dos programas, entre outros. Houve um rápido debate em torno das sugestões de estrutura a ser adota para gestão do programa, como, por exemplo, o modelo paritário e temático para o conselho deliberativo. Foi proposto, pela antropóloga Iara Ferraz, a realização de avaliação participativa e que se propõe avançar na implementação dos programas, conforme as especificidades de cada grupo.

- *Idéias-síntese dos participantes para orientar a elaboração do Termo de Referência:*

A pedido da coordenadora da Oficina, os participantes apresentaram, sinteticamente, as seguintes idéias citadas abaixo para orientar a elaboração do Termo de Referência de contratação dos profissionais:

1-continuidade; 2- Relações Inter-institucionais; 3-compromisso CVRD, FUNAI, Índios etc; 4- contato entre CVRD x ELETRONORTE; 5-processo Educativo; 6- conhecer ações em desenvolvimento e suas conseqüências; 7-conhecer as especificidades de cada comunidade; 8-responsabilidade; 9-“participação” indígena; 10-respeito aos Direitos Indígenas; 11-mudança de postura e comprometimento; 12-visão de Futuro.

IV. Decisões Tomadas e Encaminhamentos

Os participantes da Oficina decidiram pela contratação de profissionais especialistas capazes de formular propostas de programas para a CVRD prestar assistência aos grupos indígenas Xikrin do Cateté, Gavião e Suruí, ao invés de produzir um novo diagnóstico. Para isso, os participantes esboçaram conjuntamente o objetivo geral, as premissas e outras orientações para a formatação do Termo. O representante da CVRD foi incumbido de acabar a formatação do Termo e enviá-lo para os participantes.



VI. Participantes

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Elaine Amorim	MPF	Antropóloga, Analista Pericial em Antropologia da 6ª Câmara
Ângela Maria Baptista	MPF	Antropóloga, Coordenadora do Corpo Técnico da Coordenadoria Antropológica da 6ª Câmara
Vanessa Previtiera	MPF	Procuradora da República de Marabá
Marcos Paulo Schetino	MPF	Antropólogo, Analista Pericial em Antropologia da 6ª Câmara
Ana Cláudia Lima	CVRD	Coordenadora de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Gestão Indígena
Antonio Carlos De Lima Venâncio	CVRD	Responsável pelo programa de apoio às comunidades indígenas
Anchieta Pinto	CVRD	Assessor Jurídico
Paulo Alexandre Mendes	CVRD	Integrante da equipe de apoio às comunidades indígenas
Dinarte Nobre de Madeiro	FUNAI	Coordenador Geral de Projetos Especiais - CGPE
Slowacki de Assis	FUNAI	Coordenador Geral de Desenvolvimento Comunitário - CGDC
Eimar Araújo	FUNAI	Administrador da FUNAI de Marabá
José Porfírio De Carvalho	ELETRON.*	Consultor da Eletronorte para os Programas Parakanã e Waimiri Atroari
Cláudio Emídio Silva		Biólogo, Coordenador de Educação dos Programas Waimiri Atroari e
Daniela Vanessa Abrantes Martins	ADAWA***	Integrante da Associação de Apoio ao Programa Waimiri Atroari e Parakanã
Maria Helena Ortolan Matos	SETE	Antropóloga
Manuel Ferreira Lima Filho	SETE	Antropólogo
Adolfo Neves Júnior	ANTROPÓL.	Antropólogo
Isabelle Vidal Giannini	ANTROPÓL.	Antropóloga especialista em Xikrin
Iara Ferraz	ANTROPÓL.	Antropóloga especialista em Gavião
Jane Felipe Beltrão	UFPA	Antropóloga com trabalhos junto aos Parkatêjê e Suruí
Luíza de Nazaré Mastop de Lima	UFPA	Antropóloga com trabalhos junto aos Suruí
Cássio Inglez de Souza	PDPI	Antropólogo com diagnóstico feito junto aos Xikrin.